

NOTA EDITORIAL

Vivemos numa época em que as identidades se deslocam e se recompõem através de experiências de migração, exílio e errância. O sujeito que migra vive a travessia como promessa, mas também como perda, luto e risco de aniquilação. Todo o deslocamento externo convoca um deslocamento interno, confrontando a origem com a transformação, a fidelidade com a sobrevivência e o vivido com o desejado.

A escuta psicanalítica é interpelada por estas realidades e não pode permanecer fechada num território homogêneo. Estrangeiridade, racialização, colonialidade e hierarquias invisíveis organizam quem pode circular, quem é escutado e quem é silenciado. Uma psicanálise viva exige abertura à multiplicidade das subjetivações e interrogação crítica dos seus próprios pontos cegos, incluindo os modos como o campo analítico pode reproduzir exclusões e elitismos sob a aparência de neutralidade.

A clínica contemporânea confronta-se frequentemente com estados em que faltam inscrição, ligação e representabilidade. Mais do que tornar consciente um conteúdo reprimido, a tarefa analítica desloca-se para um trabalho de construção e simbolização, capaz de acolher tempestades afetivas, falhas de continuidade e experiências ainda sem forma psíquica. O analista torna-se função operativa transformadora, ajudando a sonhar e dar sentido onde imperam angústia e vazio.

Ganha relevo a concepção do campo analítico como espaço do “nós”: transferência, identificação projetiva, *enactment* e campo tornam-se orientações para uma clínica em que o analista se deixa afetar pela experiência emocional partilhada. A interpretação deixa de ser apenas descodificação do latente e torna-se construção de continente e experiência ética de copresença transformadora.

Esta ampliação da escuta implica igualmente uma ampliação dos lugares da clínica, que pode acontecer na comunidade, em dispositivos grupais, em contextos institucionais e em territórios de vulnerabilidade. Longe de empobrecer a psicanálise, esta saída do consultório devolve-lhe espessura ética, social e humana.

A articulação com a cultura, a arte e o cinema abre imagens que ajudam a escavar o invisível das narrativas humanas. A psicanálise afirma-se como saber capaz de ler o indício, o detalhe, o resto — aquilo que escapa às grelhas universalizantes e exige uma racionalidade fundada na singularidade de cada sujeito.

Os textos reunidos neste número mostram que a transformação da clínica não decorre apenas de novas realidades sociais, mas também de mudanças nas formas predominantes do sofrimento psíquico.

Na secção Fundamentos, no artigo “Estados não representados e a necessidade de uma psicanálise transformacional”, Marcelo Gomes discute a teoria e a técnica contemporâneas, articulando-as com vias abertas pela teorização freudiana em torno da representação. Revisitando a conceptualização de Freud do analista enquanto “Outro operativo”, o autor reflete sobre a função do analista no trabalho com estados e patologias não neuróticas, que ilustra a partir da discussão de um caso.

Na secção Clínicas, Tomás Miguez, no artigo “Experiências psicanalíticas para lá do divã”, reflete o alcance da prática psicanalítica para lá do contexto de consultório. A partir de experiências pessoais em diferentes âmbitos, o autor defende que uma espécie de clínica ampliada, longe de empobrecer ou desvirtuar a psicanálise, permite o seu enriquecimento a partir da preservação de uma ética do cuidado e da relação com o sofrimento humano.

Na secção Auditório, o artigo “Tudo aquilo que absolutamente não se deve fazer!”, de Giuseppe Civitarese, propõe uma exploração da teoria do campo analítico com o foco na noção bioniana de transformação e na utilização contemporânea de aspetos centrais da teoria psicanalítica, como a transferência, identificação projetiva, *enactment* e campo. Em complemento ao artigo, são apresentados dois comentários da autoria de Maria José Gonçalves e de Nelson Ernesto Coelho Junior.

Abrindo a secção Formação Contínua, Alexandre James Ferreira, em “O método clínico e a relevância da Psicanálise no contexto

acadêmico e científico”, discute a autonomia do campo epistemológico da Psicanálise, sublinhando a centralidade do método clínico ancorado na compreensão da subjetividade singular. O autor problematiza as relações da Psicanálise com a academia e com o paradigma naturalista que atualmente a domina, defendendo que o reconhecimento e a valorização da especificidade psicanalítica são essenciais não apenas à Psicanálise, mas à manutenção de um campo de questionamento crítico nos meios acadêmicos e científicos.

A recensão de Inês N. Lourenço ao livro *Cinema (e) Psicanálise: Diálogos* lembra-nos que a tarefa de escutar o contemporâneo não se faz apenas no interior do consultório ou do discurso teórico. Faz-se também no encontro com a arte, com as narrativas culturais e com as formas sensíveis através das quais uma época sonha, projeta, teme e figura a sua própria verdade. O cinema, tal como a clínica, pode tornar-se em lugar de leitura das manifestações do inconsciente e espaço de circulação entre experiência singular e imaginação partilhada.

Em Poéticas, temos o artigo “A história do cipó: Uma leitura etnopsicanalítica”, das colegas Marina Silva e Eliane Domingues, no qual examinam o mito do povo indígena Huni Kuin sobre a origem da *ayahwasca* a partir de uma perspectiva psicanalítica. Partindo do pressuposto de que os mitos são sempre objeto de múltiplas interpretações, consideram sobretudo o tema da sexualidade e a analogia entre sonho e mito como focos de sua leitura.

Já na secção Pesquisa, João Paulo Consentino Solano, em seu texto “O enigma da dor crónica à luz de um clássico de G. Engel”, retoma o clássico de George Engel para defender que grande parte da dor crónica não se explica apenas por lesões orgânicas, mas por funções psíquicas da dor ligadas à culpa, à perda, à agressividade, ao prazer e à história relacional do sujeito. Conclui que o tratamento destes doentes exige escuta clínica aprofundada e psicoterapia orientada para a história e a economia psíquica do paciente, em vez de exames intermináveis, fármacos lesivos e intervenções invasivas.

Por fim, temos ainda a entrevista a Thamy Ayouch por Sandra Roberto. Ao interrogar a raça, a hibridez, a colonialidade e as normatividades de género e sexualidade, o autor introduz uma deslocação decisiva no próprio interior da Psicanálise e obriga-nos a questionar os pontos cegos de uma escuta que, ao pretender falar em nome do

universal, corre o risco de apagar os seus próprios lugares de enunciação. A Psicanálise é aí convocada não a aplicar um saber já constituído sobre as diferenças, mas a deixar-se transformar por elas, abrindo espaço para uma multiplicidade de psicanálises e para uma prática mais consciente das relações de poder que atravessam a clínica, as instituições e os discursos.

Neste número, a seção *Vertigem* tem como tema “Os Viajantes”. É composta por textos das colegas Marta Areny, Maria Bibas Vianna, Ana Sotto-Mayor e Antónia Carreiras, nos quais discutem as vicissitudes subjetivas provocadas pelo tema da mobilidade e os diferentes efeitos — tanto internos quanto externos — implicados nos fenómenos de transição.

Talvez seja essa a linha de força que atravessa o conjunto dos textos apresentados: sustentar uma Psicanálise capaz de habitar o seu tempo sem ceder à pressão adaptativa, ao reducionismo cientificista ou à repetição dogmática. Num mundo de trânsitos externos e internos, a tarefa psicanalítica talvez continue a ser esta: transformar lugares de passagem em lugares de pensamento, de encontro e de criação de sentido.

Desejamos a todos uma boa leitura!